

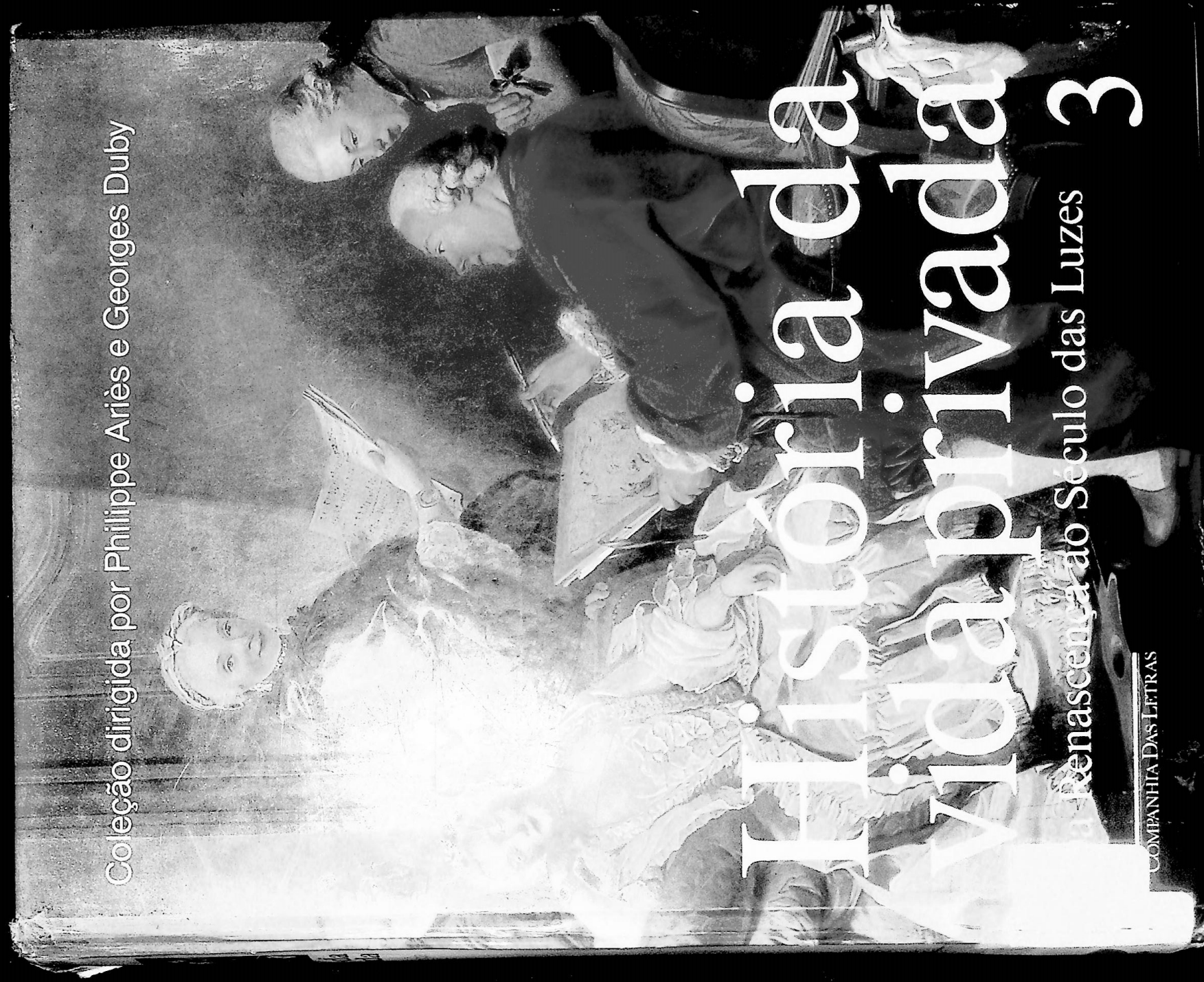
Coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby

História da Vida Privada

da Renascença ao Século das Luzes

3

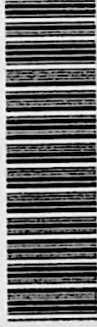
COMPANHIA DAS LETRAS



HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

- Sob a direção de
Philippe Ariès e Georges Duby
- 1 *Do Império Romano ao Ano Mil*
organizado por Paul Veyne
 - 2 *Da Europa feudal
à Renascença*
organizado por Georges Duby
 - 3 *Da Renascença
ao Século das Luzes*
organizado por Philippe Ariès (†)
e Roger Chartier
 - 4 *Da Revolução Francesa
à Primeira Guerra Mundial*
organizado por Michelle Perrot
 - 5 *Da Primeira Guerra Mundial
aos nossos dias*
organizado por Antoine Prost
e Gérard Vincent

DEDALUS - Acervo - FFLCH-HI



21200045571

Wanda
5/91

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

3

Da Renascença ao Século das Luzes

Organização:
PHILIPPE ARIÈS (+) e
ROGER CHARTIER

Tradução:
HILDEGARD FEIST

SBD-FFLCH-USP



225177

COL. ILANA BLAJ
NÃO CIRCULA



COMPANHIA DAS LETRAS

940

HP 673

v.3

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada. 3 : da Renascença ao Século das Luzes / organização Roger Chartier ; tradução Hildegard Feist. — São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

Bibliografia.

ISBN 85-7164-163-3

1. Europa — Civilização 2. Europa — Usos e costumes 3. Família — Europa — História 4. Iluminismo 5. Renascença 1. Chartier, Roger, 1945-

CDD-940.

-306.85094

-390.094

-940.21

-940.253

91-0264

Índices para catálogo sistemático:

1. Europa : Civilização 940
2. Europa : Costumes e vida social 390.094
3. Europa : Família : Sociologia 306.85094
4. Renascença : Europa : Civilização 940.21
5. Século das Luzes : Europa : Civilização 940.253

Copyright © Éditions du Seuil, 1986

Título original:

*Histoire de la vie privée, vol. 3:
De la Renaissance aux Lumières*

Ilustração da capa:

*Van Loo, O pintor e sua família,
Versalhes, Arquivos Hubert Josse*

Preparação:

Stella Weiss

Índice remissivo:

Beatriz Calderari de Miranda

Revisão:

Luciane Raspes

Paulo de Mello

Ana Maria Barbosa

1991

Editora Schwarcz Ltda.

Rua Tupi, 522

01233 — São Paulo — SP

Telefone: (011) 826-1822

Fax: (011) 826-5523

16/9/16

ÍNDICE

- Por uma história da vida privada (*Philippe Ariès*), 7
1. Figuras da modernidade, 21
 - Introdução, 22
 - Política e vida privada (*Yves Castan*), 27
 - As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal (*François Lebrun*), 71
 - As práticas da escrita (*Roger Chartier*), 113
 2. Formas de privatização, 163
 - Introdução, 165
 - Os usos da civilidade (*Jacques Revel*), 169
 - Os refúgios da intimidade (*Orest Ranum*), 211
 - A distinção pelo gosto (*Jean-Louis Flandrin*), 267
 - A individualização da criança (*Jacques Gélis*), 311
 - A escritura do foro privado (*Madeleine Foisil*), 331
 - As práticas literárias ou a publicidade do privado, (*Jean Marie Goulemot*), 371
 3. A comunidade, o Estado e a família. Trajetórias e tensões, 407
 - Introdução, 409
 - O público e o particular (*Nicole Castan*), 413
 - Amizade e convivialidade (*Maurice Aymard*), 455
 - Famílias. Habitações e coabitações (*Alain Collomp*), 501
 - Famílias. O privado contra o costume (*Daniel Fabre*), 543
 - Famílias. A honra e o sigilo (*Arlette Farge*), 581
 - Conclusão, 618
- Bibliografia, 623
Índice, 626
Ilustrações, 637

Este livro foi desejado, pensado e preparado
por Philippe Ariès.

A morte impediu que ele o terminasse.
Nós o escrevemos em fiel liberdade,
em memória de sua amizade.

POR UMA HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA

Philippe Ariès

É possível uma história da vida privada? Ou essa noção de “privado” nos remete a estados ou valores demasiado heterogêneos de uma época a outra para que possamos estabelecer entre elas uma relação de continuidade e diferenças? É a pergunta que eu gostaria de formular, e espero que este colóquio lhe traga alguma resposta.

Proponho duas épocas de referência, duas situações históricas, ou melhor, duas representações aproximativas de duas situações históricas, para que possamos colocar o problema do período intermediário.

O ponto de partida será o final da Idade Média. Aí encontramos um indivíduo enquadrado em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias, no interior de um sistema que funciona mais ou menos assim: as solidariedades da comunidade senhorial, as solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem encerram o indivíduo ou a família num mundo que não é nem privado nem público no sentido que conferimos a esses termos, ou no sentido que sob outras formas lhes foi dado na época moderna.

Digamos de maneira banal que há confusão entre privado e público, entre “câmara” e tesouro. Mas o que isso significa? Primeiro e essencialmente, que muitos atos da vida cotidiana, conforme mostrou Norbert Elias, se realizam e ainda por muito tempo se realizarão em público.

Duas correções devem acompanhar essa observação um tanto abrupta:

A comunidade que enquadra e limita o indivíduo — a comunidade rural, a cidadezinha ou o bairro — constitui um meio

(*) Este texto foi escrito para introduzir o seminário “A propósito da história do espaço privado”, organizado pelo Wissenschaftskolleg de Berlim em maio de 1983. Acrescentamos-lhe as reflexões que tal encontro inspirou a Philippe Ariès. (RC)

familiar em que todo mundo se conhece e se vigia e além do qual se estende uma *terra incognita*, habitada por algumas personagens de lenda. Era o único espaço habitado e regulamentado segundo determinadas leis.

Em seguida, esse espaço comunitário não era um espaço cheio, mesmo nas épocas de grande povoamento. Havia vazios — o canto da janela na sala, as cercanias do pomar, ou ainda a floresta e suas cabanas — que ofereciam um espaço de intimidade precária, porém reconhecida e mais ou menos preservada.

O ponto de chegada é o século XIX. A sociedade se tornou uma vasta população anônima onde as pessoas já não se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio com a família são dotavante atividades separadas em compartimentos estanques. O homem procura proteger-se dos olhares dos outros e para isso lança mão de dois recursos: 1) o direito de escolher mais livremente (ou pensar que assim escolhe) sua condição, seu estilo de vida; e 2) o recolhimento junto à família, transformada em refúgio, centro do espaço privado.

Notemos contudo que, ainda no início do século XX, principalmente nas classes populares e rurais, os tipos antigos de sociabilidade coletiva e comunitária persistiam, na taberna para os homens, no lavadouro para as mulheres, na rua para todos.

Como se passou do primeiro ao segundo desses modelos que *grosso modo* esboçamos? Podemos imaginar diferentes abordagens e devemos escolher uma dentre elas.

A primeira corresponde a um modelo evolucionista: o movimento da sociedade ocidental estaria programado desde a Idade Média e conduziria à modernidade através de um progresso contínuo, linear, ainda que se registrem pausas, solavancos, retrocessos. Este modelo mascara a real complexidade das observações significativas, a diversidade, a disparidade que contam entre as principais características da sociedade ocidental do século XVI ao XVIII: inovações e sobrevivências, ou o que assim chamamos, são indistinguíveis.

A segunda abordagem é mais tentadora e mais próxima da realidade. Consistiria em modificar a periodização clássica e estabelecer como princípio que, de meados da Idade Média ao final do século XVII, não houve mudança real das mentalidades profundas. Não hesitei em adotá-la em minhas pesquisas sobre a morte. Isso equivaleria a dizer que a periodização da história política, social, econômica, e até cultural, não conviria à história das mentalidades. Todavia, há tantas mudanças na vida material e espiritual, nas relações com o Estado, depois com a família, que devemos abandonar o período moderno como uma época à parte, autônoma e original, não esquecendo o que deve a uma Idade Média remanejada e tendo em mente que anuncia a época contemporânea, sem no entanto ser a simples continuação de uma nem o esboço da outra.

Quais são, a nosso ver, os acontecimentos que vão modificar as mentalidades, em especial a idéia do indivíduo e de seu papel na vida cotidiana da sociedade?

Três fatos externos, ligados à grande história político-cultural, são relevantes.

O mais importante é, talvez, o novo papel do Estado, que a partir do século XV não parou de se impor sob modos e meios diferentes.

O Estado e sua justiça vão interferir com maior freqüência, pelo menos nominalmente, e até com freqüência de fato cada vez maior ao longo do século XVIII, no espaço social que antes estava entregue às comunidades.

Uma das principais missões do indivíduo ainda era adquirir, defender ou ampliar o papel social que a comunidade podia tolerar. Pois, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, havia mais espaço de manobra numa comunidade que o enriquecimento e a diversidade das ocupações tornavam cada vez mais desigual. Os meios de agir consistiam em ganhar a aprovação ou a inveja ou pelo menos a tolerância da opinião graças ao *parecer*, quer dizer, à *honra*. Conservar ou defender a honra equivale a salvar as aparências.

O indivíduo não era como era, e sim como parecia, ou melhor, como conseguia parecer. Tudo visava a esse objetivo: a despesa excessiva, a prodigalidade (pelo menos nos bons momentos, criteriosamente escolhidos), a insolência, a ostentação. A defesa da honra chegava ao duelo ou à participação ativa e perigosa num duelo — ou a uma troca pública de palavras e golpes que desencadeavam um ciclo de vingança, estando excluído o recurso às instituições do Estado, como a justiça. Ora, pelo menos a partir de Luís XIII, o Estado passou a assumir, tanto quanto possível, o controle do parecer. Por exemplo, proibiu os duelos sob pena de morte (Richelieu) e mediante leis suntuárias procurou proibir o luxo da vestimenta e a usurpação, graças à roupa, de um lugar não garantido pelo direito. Revisou os quadros da nobreza para eliminar os usurpadores. Interferiu cada vez mais nas relações interiores, no que consideramos o próprio âmago do privado, na vida familiar, através das *lettres de cachet*.* na verdade colocou seu poder à disposição de um dos membros da família contra outro, provocando um curto-circuito no aparelho usual do Estado, mais infamante.

Esta estratégia teve importantes conseqüências. O Estado de justiça dividiu a sociedade em três zonas:

1) A sociedade cortesã, verdadeiro foro em que, sob cores modernas, mantinha-se a mistura arcaica de ação política ou estatal, de festividade, de engajamento pessoal, de serviço e de hierarquia,

(*) Documento com o selo (*cachet*) do rei contendo uma ordem de prisão ou exílio sem julgamento prévio. (N. T.)

cujos elementos constitutivos em grande parte já existiam na Idade Média.

2) No outro extremo da escala social, as classes populares das cidades e dos campos, nas quais persistiram durante muito tempo a mistura tradicional do trabalho e da festa, as vontades de ostentação e de prestígio, uma sociabilidade ampla, mutável, renovada. É o mundo da rua, da venda, do passeio ou da praça ao lado da igreja.

3) A corte, o povo simples: dois obstáculos para a extensão de um novo espaço privado que se desenvolverá então nos meios intermediários e em geral cultos, a pequena nobreza, os notáveis medianos que sentem um prazer inédito em ficar em casa e manter relações agradáveis com uma pequena "sociedade" — é o termo utilizado — de amigos selecionados.

O segundo fato é o desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura sobretudo graças à imprensa.

Certamente o uso mais difundido da leitura silenciosa não eliminou a leitura em voz alta, que durante muito tempo havia sido a única maneira de ler. Charles de Sévigné era excelente leitor. À noite, no campo, liam-se passagens dos livros "azuis", dos livros vendidos por mascates. Isso não impediu que a leitura silenciosa permitisse a mais de uma pessoa formar sua concepção do mundo, adquirir conhecimentos empíricos, como Montaigne ou Henri de Campion, mas também como o moleiro estudado por Carlo Ginzburg ou Jameray-Duval. Ela permite uma reflexão solitária que de outro modo teria sido mais difícil fora dos espaços piedosos, dos conventos ou das ermidas, equipados para a solidão.

Por fim, terceiro fato, o mais bem conhecido e que não deixa de ter relação com os dois anteriores, as formas novas de religião que se estabelecem nos séculos XVI e XVII. Elas desenvolvem uma devoção interior — sem excluir, muito pelo contrário, outras formas coletivas da vida paroquial —, o exame de consciência, sob a forma católica da confissão ou a puritana do diário íntimo. Entre os laicos, a oração cada vez mais assume a forma da meditação solitária num oratório privado ou simplesmente num canto do quarto, num móvel adaptado para esse fim, o genuflexório.

OS INDÍCIOS DA PRIVATIZAÇÃO

Mesmo nos arriscando a eventuais repetições, perguntemo-nos por que caminhos esses fatos vão penetrar as mentalidades.

Distinguirei seis categorias de dados importantes que agrupam em torno de elementos concretos as mudanças ocorridas e permitem apreendê-las sob uma forma elementar.

1) *A literatura de civilidade* é um dos bons indicadores de mudança, pois nela vemos os costumes dos cavaleiros medievais se transformar em regras de *savoir-vivre* e código de polidez. Norbert Elias analisou-a há muito tempo, nela encontrando um dos principais argumentos de sua tese sobre o surgimento progressivo da moder-

nidade. Roger Chartier viu-a com novos olhos, Jacques Revel falará dela aqui mesmo.

Todos concordam em acompanhar, do século XVI ao XVIII, pequenas mudanças que a longo prazo revelam uma *atitude nova com relação ao corpo*, ao próprio corpo e ao do outro. Já não se trata de saber como um rapaz deve servir à mesa ou servir o patrão, e sim de entender ao redor do corpo um espaço preservado a fim de afastá-lo de outros corpos, furtá-lo ao contato e ao olhar dos outros. Assim, as pessoas param de se abraçar, ou seja, de se jogar nos braços umas das outras, de beijar a mão, o pé, de se lançar “de barriga no chão” perante uma dama que querem homenagear. Essas demonstrações veementes e patéticas são substituídas por gestos discretos e furtivos; não se trata mais de parecer nem de se afirmar aos olhos dos outros, porém, ao contrário, de lembrar aos outros apenas o necessário para não se fazer esquecer totalmente, sem se impor por um gesto excessivo. A literatura de civildade, a maneira de tratar o próprio corpo e o dos outros explicam um pudor novo, uma preocupação nova em esconder determinadas partes do corpo, determinados atos, como a excreção. “Cobri esse seio que eu não poderia ver”, diz Tartufo. Foi-se o tempo em que os homens, no século XVI, cobriam o sexo com uma prótese que servia de bolso e mais ou menos simulava a ereção. Também repugnarão deitar os recém-casados em público em seu leito na noite de núpcias e voltar a seu quarto na manhã seguinte. Esse novo pudor, acrescentado a proibições antigas, chega mesmo a dificultar o acesso do cirurgião ao leito da parturiente, local de reunião essencialmente feminino.

2) Outro indício de uma vontade mais ou menos consciente, às vezes obstinada, de se isolar, de se conhecer melhor através da escrita, sem necessariamente comunicar esse conhecimento a outros, exceto aos próprios filhos para que o guardem na memória, e muitas vezes mantendo as confidências em segredo e exigindo que os herdeiros as destruam: são o diário íntimo, as cartas, as confissões de modo geral, a *literatura autógrafa* que atesta os progressos da alfabetização e uma relação estabelecida entre leitura, escrita e autoconhecimento.

São escritos sobre si e o mais das vezes para si apenas. Nem sempre se procura publicá-los. Mesmo quando não são destruídos, sobrevivem apenas por acaso, no fundo de um baú ou de um sótão. Portanto, são textos redigidos somente por prazer. Um artesão vidraceiro do final do século XVIII confessa no início de suas memórias: “O que escrevi foi tão-somente para meu prazer e para o prazer de relembrar”. A autobiografia correspondia tão bem a uma necessidade da época que se tornou um gênero literário (como o testamento na Idade Média), um meio de expressão literária ou filosófica, de Maine de Biran a Amiel.

Não foi por acaso que, a partir do século XVI, o diário íntimo se difundiu tanto na Inglaterra, berço da *privacy*. Na França — onde, à exceção de alguns casos isolados, não há nada comparável — os *livres de raison* tornam-se mais numerosos e talvez mais elaborados.

3) O *gosto da solidão*. Durante muito tempo considerou-se que um homem de elevada posição nunca devia ficar sozinho — a não ser para rezar. Os mais humildes tinham tanta necessidade de companhia quanto os grandes: a pior pobreza era o isolamento, tanto que o eremita a procurava como privação e ascese. A solidão gera o tédio: é um estado contrário à condição humana. No final do século XVII as coisas já não são assim. Madame de Sévigné, que em Paris nunca ficava sozinha, expressa nas cartas da última parte de sua vida o prazer que sente na Bretanha por ficar sozinha três ou quatro horas seguidas, passeando pelas alamedas de seu parque com um livro na mão. Ainda não são as grandes incursões pela natureza, mas o parque assume um ar de natureza. Logo virão as *Confissões* e *Os devaneios de um caminhante solitário*.

4) A *amizade*. Essa tendência à solidão convida a partilhá-la com um amigo querido, selecionado no círculo habitual, em geral mestre, parente, servidor ou vizinho, especialmente escolhido, apartado dos outros. Um outro eu. A amizade já não é apenas a fraternidade de armas dos cavaleiros da Idade Média; no entanto, há muitos vestígios dela na camaradagem militar dessas épocas em que as guerras ocupam a nobreza desde a mais tenra idade. Só excepcionalmente, sem dúvida, é a grande amizade que encontramos em Shakespeare ou em Michelangelo. É um sentimento mais político, um relacionamento tranqüilo, uma prazerosa fidelidade, com toda uma gama de variedade e de intensidade.

5) Todas essas mudanças — e muitas outras — contribuem para uma nova maneira de conceber e levar a vida cotidiana, não mais ao acaso das etapas, da utilidade mais banal, ou ainda como complemento da arquitetura e da arte, e sim como uma exteriorização de si mesmo e dos valores íntimos que cada um cultiva em si.

Isso levou a dar muita atenção e a dispensar muitos cuidados ao que acontecia na vida cotidiana, dentro de casa ou no próprio comportamento e a introduzir exigências de refinamento que demandam tempo e monopolizam o interesse — é o *gosto*, que se torna então um autêntico valor.

Durante muito tempo as pessoas se limitaram a cobrir as paredes dos quartos com tapeçarias e, quando podiam, a instalar moldadores para exibir objetos preciosos. O resto do mobiliário era simples, desmontável, acompanhava o proprietário em seus deslocamentos, sempre conservando um caráter de utilidade, como no caso dos leitos, baús e bancos. Depois as coisas mudam. O leito se aproxima da parede, o baú se torna objeto de arte ou (e é mais

significativo) cede lugar ao armário, à cômoda. A poltrona deixa de ser uma cadeira de braços destinada a indicar e enfatizar uma posição social eminente. Madame de Sévigné está no limite de duas épocas, e em suas cartas encontramos exemplos das duas atitudes. Em sua primeira viagem a Rochers ela leva a cama junto e, apesar de indiferente à arte do pequeno móvel, admira-a na casa da filha. Já Samuel Pepys conhece bastante bem os fornecedores para comprar, como *connaisseur*, gravuras, móveis e cama. Esta arte menor de interiores torna-se fonte de inspiração para a grande arte da pintura. A pintura holandesa do século XVII gosta de representar o interior doméstico em sua perfeição — ideal de uma nova arte de viver. É então que se desenvolve uma arte da mesa e dos vinhos, que exige iniciação, cultura, espírito crítico — o que hoje chamamos de gosto. Não só se difunde uma grande culinária de mestres, como a cozinha comum se torna mais exigente, mais requintada — os pratos rústicos e grosseiros se tornam receitas tradicionais, porém caprichadas e até sutis. Poderíamos fazer os mesmos comentários com relação à roupa, especialmente à roupa de ficar em casa.

6) A história da casa resume, talvez, todo o movimento dessas constelações psicológicas que acabamos de mencionar, suas inovações e suas contradições. É uma história muito complexa, e só podemos assinalar sua importância. Relativamente estável do século XII ao XV, ela depois não pára de se transformar até nossos dias.

Parece-me que os elementos importantes são:

a) A dimensão dos cômodos, que diminui; a multiplicação dos pequenos espaços, que a princípio surgem como apêndices dos aposentos principais, mas onde se concentra a atividade e que logo adquirem autonomia: gabinete, alcova, *ruelle* [espaço entre a cama e a parede].

b) A criação de espaços de comunicação que permitem entrar ou sair de um cômodo sem passar por outro (escada privada, corredor, *hall* de entrada...).

c) A especialização dos aposentos (Samuel Pepys tinha uma *nursery*, um quarto para ele, outro para a esposa, e um *living-room*, enquanto madame de Sévigné não conhecia nada disso em Carnavalet ou em Rochers); contudo cabe notar que em muitos lugares — e talvez ainda na Inglaterra — o fechamento da casa e a especialização dos cômodos correspondem mais a uma funcionalização — os aposentos são reservados para uma espécie de trabalho — que a uma procura de intimidade.

d) A distribuição do calor e da luz. A história da lareira é de especial importância, ao mesmo tempo para o aquecimento e para a cozinha; citemos apenas a passagem da grande lareira, elemento de arquitetura, à pequena lareira, com seus condutos, seu guarda-fogo, que é talvez uma adaptação ocidental do fogão da Europa central.

O INDIVÍDUO, O GRUPO,
A FAMÍLIA

Tudo que acabei de dizer refere-se ao repertório analítico. Agora cabe perguntar como todos esses elementos se reorganizaram na realidade cotidiana para constituir *estruturas coerentes*, dotadas de forte unidade, e como tais estruturas puderam evoluir. A meu ver há três fases importantes:

1) A conquista da intimidade individual. Parece-me que os séculos XVI e XVII de certa forma assinalam o triunfo de um individualismo dos costumes, quero dizer na vida cotidiana (e não na ideologia: há uma defasagem entre ambas). Os espaços sociais que a conquista do Estado e os recuos da sociabilidade comunitária deixaram livres vão ceder lugar ao indivíduo para se instalar no isolamento, na sombra. Os espaços materiais que correspondem a esses espaços sociais são muito diversos, todos pouco funcionais. Há, por exemplo, a janela, uma herança medieval:

Bela Doette sentada à janela

Lê um livro, e seu coração ali não está.

Ele lhe lembra seu amigo Daon,

Que para o distante Laurion partiu.

Evidentemente, a busca da intimidade muitas vezes está ligada ao amor. Mas nem sempre. Outro local privilegiado — e novo, pois corresponde a uma nova disposição do quarto e do leito — é a *ruelle*. É o local das confidências amorosas e também dos assuntos políticos ou dos negócios; é o local do segredo — no fundo de um quarto às vezes ainda cheio de gente.

No fim do século XVII, o pequeno Jamerrey-Duval, de sete ou oito anos, escapa da madrastra e refugia-se na floresta, junto a um pequeno grupo (uma *pequena sociedade*) de pastores que o ensinam a ler. Depois se torna doméstico de uma comunidade de eremitas que lhe arranjam um cantinho solitário onde adquire uma ciência de autodidata. Mais tarde, o vidraccio Ménéttra terá um quarto para si, porém para receber suas amantes, como um burguês do século seguinte! Breves parênteses no que continua sendo sua verdadeira vida, as farras, o trabalho, o passeio com os amigos, a participação na vida de sua rua. Aliás, Arlette Farge mostrou a persistência de uma sociabilidade pública da rua nos espaços de acesso às casas.

Por mim, defendo a tese de que esse *individualismo de costumes* declinou a partir do século XVIII em proveito da vida familiar. Deve ter havido resistências, adaptações (a especialização dos cômodos permitindo o isolamento), porém a família absorveu todas as preocupações do indivíduo, mesmo quando lhe deixava um espaço material.

2) A segunda fase é a organização, entre os séculos XVI e XVII, de *grupos de convivialidade* nos meios que não pertenciam à corte

e estavam acima das classes populares; tais grupos desenvolviam uma verdadeira cultura de pequenas sociedades dedicadas à conversação e também à correspondência e à leitura em voz alta. As memórias e as cartas desse período são ricas de exemplos. Limito-me, porém, a citar este texto de Fortin de La Hoguette: “O divertimento mais comum e mais honesto da vida é o da conversação. A solidão de um homem teria em si algo terrível demais e a multidão teria algo tumultuado demais se não houvesse entre uma e outra *algum meio* [grifo do autor; cabe notar que tal meio não é a família, totalmente estranha a essa primeira privatização] composto pela escolha de algumas pessoas *particulares* [a palavra “particular” era a mais próxima de nosso termo “privado”] com quem nos comunicamos para evitar o tédio da solidão e o peso da multidão”. Tais reuniões podiam ocorrer em aposentos mais íntimos, mais isolados, com uma disposição especial, ou simplesmente junto ao leito de uma dama — pois, pelo menos na França e na Itália, as damas desempenharam um papel importante nessas pequenas sociedades. As pessoas não se contentavam em falar, ler, comentar as leituras, discutir. Dedicavam-se a jogos de sociedade (o termo é significativo), a cantar ou tocar música, a discutir (na Inglaterra: *the country parties*).

Parece que, no século XVIII, uma parte desses grupos tendeu a tornar-se instituições, dotadas de regulamentos. Assim perderam a espontaneidade, a informalidade. Transformaram-se em clubes, em sociedades de pensamento, academias. E os que não se institucionalizavam — passando assim para o domínio público — perdiam peso para tornar-se passatempos secundários da vida cotidiana burguesa, como os salões literários, as recepções das damas do século XIX. Formularei a hipótese de que a convivência do século XVII já não é um elemento significativo na sociedade do final do século seguinte.

3) Terceira fase. Outra forma de vida cotidiana invade o espaço social, tendendo pouco a pouco, em todas as classes sociais, a concentrar todas as manifestações da vida privada. A família muda de sentido. Já não é, ou não é apenas, uma unidade econômica, a cuja reprodução tudo deve ser sacrificado. Já não é uma prisão para os indivíduos que só podiam encontrar liberdade fora da família, domínio feminino. Tende a tornar-se o que nunca havia sido: lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância (bom ou mau).

Desenvolvendo novas funções, por um lado ela absorve o indivíduo que recolhe e defende; por outro, separa-se mais nitidamente que antes do espaço público com o qual se comunicava. Estende-se à custa da sociabilidade anônima da rua, da praça.

O pai de família à la Greuze, à la Marmontel, torna-se uma figura moral que inspira o respeito de toda a sociedade.

No entanto, trata-se apenas do começo de uma evolução que triunfará nos séculos XIX e XX, e os fatores de resistência ou de substituição ainda são muito poderosos. O fenômeno permanece restrito a determinadas classes sociais ou a certas regiões e à cidade, sem conseguir eliminar a sociabilidade anônima que subsiste sob suas formas antigas (como na rua) ou sob formas novas, derivadas talvez da convivialidade do período anterior (*country parties*, acadêmias, cafés).

Será preciso captar a emergência do papel dessa estrutura velhíssima, pouco a pouco transformada completamente, no seio de uma comunidade que se mantém e em concorrência com formas novas de convivialidade que se desenvolvem, criando assim uma cultura mista que evoluirá ao longo do século XIX.

Nem todos os comentários que fiz no início do colóquio são de minha autoria. Alguns (sobretudo no que se refere ao Estado) foram inspirados por conversas que tive com Maurice Aymard, Nicole e Yves Castan e Jean-Louis Flandrin. Todavia, exprimem ou refletem uma problemática que me é muito pessoal, que desenvolvi de maneira ainda mais radical em anotações anteriores. Essa problemática reduz toda a história da vida privada a uma mudança na sociabilidade, digamos, *grosso modo*, à substituição de uma sociabilidade anônima — a da rua, do pátio do castelo, da praça, da comunidade — por uma sociabilidade restrita que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo. Portanto, o problema consiste em saber como se passa de um tipo de sociabilidade em que o privado e o público se confundem para uma sociabilidade na qual o privado é separado do público e até o absorve ou reduz sua extensão. Tal problemática dá ao termo “público” o sentido de jardim público, de praça pública, do local de encontro de pessoas que não se conhecem porém ficam felizes por se ver juntas.

Parecia-me que o homem contemporâneo procurava fugir dessa promiscuidade que o homem da Idade Média e dos tempos modernos (e ainda de alguns lugares do mundo de hoje) buscavam. É verdade que a sociabilidade era menos anônima do que parecia: nessas comunidades todos se conheciam. Então, o problema essencial tornava-se a passagem de uma sociabilidade anônima de grupos em que as pessoas podiam se reconhecer para uma sociedade anônima sem sociabilidade pública, em que dominavam (se não consideramos os locais de lazer ou de prazeres organizados) ou um espaço profissional, ou um espaço privado, o “privado” preponderando nas sociedades anônimas nas quais a sociabilidade pública praticamente desaparecera.

A meu ver, este era um problema capital, cabendo examinar sua emergência e sua extensão.

O curioso, porém, foi que em conversas com amigos e colegas e neste colóquio logo me pareceu que, sem se opor inteiramente a minha tese, eles não a adotavam em sua totalidade e tinham outra idéia do problema público/privado. Levei algum tempo para entender onde estava a divergência. O seminário e as palestras que se seguiram permitiram-me ir direto ao ponto, e agora entendo melhor que o problema não é tão monolítico como eu pensava, que ele se compõe de pelo menos duas questões essenciais.

Realmente, existe um segundo aspecto da oposição público/privado que me escapara, tanto me tornei estranho às formas políticas da história. Nesta concepção, o público é o Estado, o serviço do Estado, e o privado — ou melhor, como se dizia sem nenhuma ambigüidade, o “particular” — referia-se a tudo que escapasse ao Estado. Perspectiva nova para mim e muito enriquecedora. Nesse caso as coisas podem resumir-se *grosso modo* assim:

Na Idade Média, como em muitas sociedades em que o Estado é fraco ou simbólico, a vida de cada particular depende de solidariedades coletivas ou de lideranças que desempenham um papel de protetor. Ninguém tem nada de seu — nem mesmo o próprio corpo — que não esteja ameaçado ocasionalmente e cuja sobrevivência não seja assegurada por um vínculo de dependência. Em tais condições há confusão entre público e privado. Ninguém tem vida privada, mas todos podem ter um papel público, mesmo que seja o de vítima. Dir-se-á que existe um paralelismo entre essa problemática do Estado e a da sociabilidade, pois nas mesmas condições existe a mesma confusão no nível da sociabilidade.

Um primeiro momento importante é o do surgimento do Estado de corte, para retomar a expressão de Norbert Elias. Um Estado que garante de direito determinado número de funções até então deixadas numa espécie de divisão (paz e ordem pública, justiça, exército etc.). Um espaço-tempo torna-se então disponível para atividades que não têm mais relação com a coisa pública: atividades particulares.

Todavia, a substituição não ocorreu tão simplesmente. No começo (século XVI — primeira metade do XVII), o Estado não pôde garantir de fato todas as funções que reivindicava de direito. Um espaço misto continuou disponível e foi ocupado por redes de clientela que asseguraram tanto funções públicas (ocupação militar) como atividades privadas, recorrendo aos mesmos meios (serviços pessoais). É o caso de Henri de Campion, apresentado por Yves Castan, que sem escrúpulos passa do serviço do rei para o de príncipes revoltosos e, no entanto, sempre invoca o rei. Em todos os casos, aliás, as pessoas que realmente exercem o poder (militar, judiciário ou policial) em nome do rei o fazem com seu próprio dinheiro, ficando muito felizes se de vez em quando o rei lhes permite, graças

a generosos presentes, ressarcir-se dos gastos e ainda mais. Como não existe salário, vive-se de expedientes que nada têm de humilhante, como o jogo, um meio de ganhar dinheiro tão normal quanto qualquer outro. Nessas condições, a casa de um governador de província, de um magistrado, confunde-se com sua função. Assim, madame de Sévigné se queixa das despesas exageradas de monsieur de Grignan, representante do rei na Provença: ele fazia as vezes do rei em sua corte. Da mesma forma, é impossível conduzir um processo sem intervenções junto aos juizes, que parecem inadmissíveis a nossa moral atual, mas sem as quais estes não estariam informados. Trata-se com o Estado e sabe-se muito bem quais são as diferenças entre o homem de Estado e o particular, mas o Estado ainda é gerido como um bem familiar.

Pelo menos cronologicamente, embora talvez por motivos mais profundos, parece que esta atitude com relação ao público e ao serviço público corresponde à sociabilidade de grupos que já assinala. As relações humanas desempenhavam tal papel na informação, na escolha e na aplicação das decisões, que favoreciam os agrupamentos por afinidades, característicos da convivialidade deste período. Favoreciam também a amizade, sem a qual não se podia contar com ninguém.

Um dos modelos dessa dupla relação público/privado é dado por Henri de Campion, que enquanto servia o exército organizava “conferências” nas quais se discutia Maquiavel. Essa situação vai mudar quando, numa segunda e decisiva etapa, o Estado recuperar de fato tudo que reivindicava de direito. Na França, é o Estado de Luís XIV com seus intendententes e com De Louvois, em que funcionários e gabinetes vão substituir as redes de clientela, em que a remuneração pública será distinta da despesa privada. A evolução será diferente em outros Estados, como a Inglaterra, onde a nobreza local — ou o que chamamos de clientelas de serviço — desempenhará o papel dos intendententes, aceitando, porém, submeter-se às leis e às ordens do Estado.

Assim chegamos ao fim do século XVII a ao começo do XVIII. Então o público está claramente desprivatizado. A coisa pública já não pode ser confundida com os bens ou os interesses privados. Então o espaço privado pode se organizar como um espaço quase fechado, de qualquer modo totalmente separado do serviço público, que se tornou autônomo. Esse espaço liberado será preenchido pela família. Podemos pensar que os homens que viviam nesse espaço privado, sem participação na vida pública (o que não era o caso nos séculos XVI e XVII nem da nobreza nem dos notáveis das comunidades), experimentarão uma frustração que irá suscitar reflexão e reivindicação políticas. Assim se fecha o circuito.

A conclusão que tiro dessas reflexões é que o problema da vida privada nos tempos modernos deve ser tratado sob dois ângulos

distintos. Um é o da oposição entre o homem de Estado e o particular e das relações entre o domínio do Estado e o que, no limite, se tornará um espaço doméstico. O outro é o da sociabilidade e da passagem de uma sociabilidade anônima, em que as noções de público e privado se confundem, a uma sociabilidade florescente em que surgem setores bem diversos: um resíduo de sociabilidade anônima, um setor profissional e um setor, igualmente privado, reduzido à vida doméstica.